



**LUPATECH S.A.**  
CNPJ/MF nº 89.463.822/0001-12

www.lupatech.com.br

**Relatório da Administração**

**Senhores(as) Acionistas:**

A Administração da Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Informações Consolidadas da Companhia referentes ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2022 (4T22) e ao ano de 2022, preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS - *International Financial Reporting Standards*, estabelecido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. Recomendamos a leitura deste material em conjunto com as Notas Explicativas às Informações Anuais Consolidadas.

**PERFIL DA COMPANHIA E DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS**

A Lupatech S.A. é uma Companhia brasileira de produtos de alto valor agregado com foco no setor de petróleo e gás atua na manufatura (segmento de Produtos) produzindo principalmente válvulas industriais; válvulas para óleo e gás; cabos para ancoragem de plataformas de petróleo; equipamentos para completação de poços; artefatos de materiais compostos, principalmente postes de energia e tubos para revestimento de tubulações petrolíferas.

**Mensagem da Administração aos Acionistas e Agentes do Mercado de Capitais**

Iniciamos o ano de 2022 bastante otimistas, antecipando a distensão das restrições operacionais impostas pela Pandemia, retomada da atividade na indústria petrolífera, e recuperação econômica. Mas não foi esse cenário o que se materializou. Como reportado no transcurso do ano, foram marcantes as consequências da saída da variante Covid Omicron entre o final de 2021 e início de 2022, e logo em seguida os enormes problemas trazidos pela eclosão de surtos de Covid na China, com a imposição de lockdowns draconianos em partes importantes daquele país. Não bastando, tivemos também a deflagração da guerra da Ucrânia em fevereiro de 2022.

Esses eventos tiveram efeitos muito relevantes sobre a nossa cadeia de suprimentos, afetando sobremaneira os tempos de fabricação e de transporte, o capital de giro empregado nas operações, os custos de aquisição de materiais e serviços.

Muito embora a normalização das cadeias produtivas e de transporte venha ocorrendo paulatinamente, grande parte da indústria enfrenta ainda atrasos, custos imprevisíveis e outros. O panorama político econômico do país, que era positivo no início do ano, transfigurou-se em uma eleição embêmba numa crise institucional que ainda não se dissipou. O panorama macroeconômico de médio prazo permanece incerto, sendo visível que o curto prazo será bastante restritivo do ponto de vista monetário. Mas mesmo numa economia débil, há ganhadores e perdedores. E mais cada setor de atividade tem sua dinâmica própria de crescimento e competição, o que permite que alguns performem melhor que os outros e do que a economia em geral.

É o caso. Em 2022, apesar dos revezes, a Lupatech cresceu sua receita líquida em 18%. Foram 15% em Válvulas e praticamente 100% em Cabos e Compostos. São percentuais expressivos, mas que ainda não espelham todo o potencial de demanda dos nossos mercados.

Em Válvulas, há muita demanda por ser gerada pelos investimentos offshore do pré-sal, pela retomada da produção terrestre e pelos investimentos em infraestrutura para distribuição de gás e para o seu consumo. O panorama para o setor de saneamento é de hestação política, mas também traz oportunidades, que vimos acompanhando com atenção.

Em Cabos e Compostos, temos espaço para crescimentos ainda mais agressivos. Conseguimos iniciar nossas atividades de fornecimento de cabos navais, e vamos perseguir um market share expressivo nesse mercado de dezenas de milhões anuais. Ainda não retomamos o fornecimento de cabos de ancoragem de plataformas, o que pode representar um salto expressivo de receita, considerando que cada projeto de ancoragem representa vendas na casa dos US\$ 10 milhões. A demanda e as nossas vendas de tubos de revestimento de fibra de vidro têm crescido consistentemente. Conseguimos também nos introduzir no negócio de fornecimento de postes de fibra de vidro, com contratos já implementados junto a 3 concessionárias de energia.

Nossa carteira de pedidos firmes encerrou o ano de 2022 em R\$ 74 milhões, sendo que no ano anterior o número era de R\$ 55 milhões - um salto de 35%. Essa carteira representa uma proporção relevante em relação às receitas de 2022, de sorte que se considerado que o ano de 2023 se inicia com essa carteira e mais um saldo de contratos sem obrigação de compra de R\$ 88 milhões, há uma perspectiva positiva de crescimento para 2023.

A rentabilidade das vendas do ano, medida pela margem bruta, foi de 23%, representando uma queda em relação ao ano anterior (27,1%). A principal razão para a margem mais baixa no período foi o custo mais alto na aquisição de insumos, decorrente da súbita escalada inflacionária internacional e da decisão de adquirir localmente, a um custo maior, certos componentes e materiais, evitando os prazos mais longos e incertos de importação, a fim de mitigar atrasos nas entregas a clientes. Entendemos que ambos os efeitos são transitórios, sendo opostos a curto e médio prazos pelo repasse de custos aos preços em novos contratos e pelos reajustes contratuais periódicos.

O EBITDA Ajustado foi afetado pela queda da rentabilidade das vendas, explicada acima. O EBITDA Ajustado de Produtos, embora menor, permaneceu em território positivo.

No ano foi apurado um lucro líquido de R\$ 55 milhões, o qual teve a contribuição positiva do reconhecimento de créditos tributários de imposto de renda e contribuição passíveis de aproveitamento por rentabilidade futura.

A Lupatech e suas controladas possuem direitos de compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social da casa de R\$ 1,9 bilhões, sendo quase metade desse valor na Lupatech S.A. Esse aproveitamento é limitado à compensação de 30% do lucro tributável de cada exercício. Alíquota vigente de 34%, esse crédito poderia representar uma economia tributária da ordem de R\$ 630 milhões. Para efeitos contábeis, o registro do direito à conta de impostos diferidos no ativo da Companhia respeita parâmetros de

estimativas técnicas e normas contábeis, de sorte que foi reestabelecido no atual balanço um saldo de R\$ 103 milhões. Não obstante, o direito de crédito efetivamente existente é muito superior ao valor registrado. A Companhia havia informado sobre tratativas junto ao fisco federal visando a negociação de Transação Individual nos termos da Lei 14.375/2022. No interim, a Companhia submeteu pedido de adesão ao Programa de Quitação Antecipada de Transações e Inscrições da Dívida Ativa da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - QuitaPGFN, instituído pela Portaria PGFN 8.798/2022 ("QuitaPGFN"). O QuitaPGFN permite, entre outros, a quitação antecipada de saldos de acordos de transação combinando pagamentos em dinheiro e com créditos de prejuízo fiscal do Imposto de Renda e de base negativa da CSLL. A utilização dos referidos créditos abarca até 70% (setenta por cento) do saldo devedor dos acordos de transação incluídos no pedido, proporcionando um benefício de redução no saldo de passivos tributários de R\$ 20,9 milhões então parcelados para pagamento em dinheiro. Após o abatimento com créditos tributários, deverão ser pagos em dinheiro R\$ 8,5 milhões divididos em 12 (doze) parcelas mensais. Os pleitos de adesão da Companhia foram substancialmente deferidos.

Em janeiro de 2023, a Companhia apresentou em juízo pedido de encerramento do seu processo de recuperação judicial. Em 14 de março de 2023, foi prolatada sentença decretando o encerramento da recuperação judicial.

O encerramento da recuperação judicial é um marco relevante na história da companhia. O pedido foi efetuado em 25 de maio de 2015, de sorte que o esforço de reestruturação dos passivos e das operações da companhia durou quase 8 anos. Espera-se, naturalmente, que o fim do processo tenha impacto positivo na relação da companhia com seus clientes, fornecedores, investidores e financiadores, tendo em vista as limitações que a situação da companhia impunha a esses parceiros.

Além de abrir horizontes nas relações comerciais, o fim da recuperação judicial também propiciará o ambiente necessário para que a companhia avance em outras frentes relevantes ao seu soergimento, em especial no acesso ao mercado de capitais.

Nesta última frente, foi anunciado e implementado um acordo de investimento com a BPS Capital Gestão de Ativos S.A. ("BPS"), conforme fatos relevantes datados de 7 de fevereiro e 24 de março de 2023. A operação visa o reforço e adequação da estrutura de capital da empresa, por meio injeção de novos recursos para suportar o plano de negócios e pela conversão de dívida em capital. Pelo acordo, a BPS subscriverá até R\$ 10 milhões de reais de uma oferta privada de debêntures de R\$ 25 milhões, conjugadas com a emissão de Bônus de Subscrição que permitem a capitalização de créditos.

Rafael Gorenstein

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

**DESEMPENHO OPERACIONAL**

O Grupo Lupatech, atua na manufatura (segmento de Produtos) produzindo principalmente válvulas industriais; válvulas para óleo e gás; cabos para ancoragem de plataformas de petróleo em águas profundas, para uso naval e para levantamento de cargas; artefatos de materiais compostos, principalmente postes de energia e tubos para revestimento de tubulações petrolíferas.

A Companhia opera, no negócio de serviços petrolíferos (segmento de Serviços), do qual remanescem ativos diversos em processo de desmobilização, bem como legado a ele associado.

**RECEITA LÍQUIDA**

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 110,4 milhões no decorrer de 2022, sendo 18% superior aos R\$ 93,5 milhões de 2021. Válvulas: no comparativo de 2022 com 2021, houve crescimento de 15% nas receitas líquidas. A retração observada no 4T22 frente ao 3T22 deve-se a dificuldades logísticas enfrentadas, que prejudicaram o plano produtivo.

Cabos e Compostos: O crescimento interanual da receita de 100% espelha principalmente a retomada da unidade de compostos, com o fornecimento de camisas de revestimento e tubos de produção de petróleo. No período houve também o início da oferta de cabos navais no mercado, com vendas e entregas concretizadas.

Serviços: as transações efetuadas neste segmento são decorrentes da liquidação de saldos de estoques e outras atividades relacionadas a plantas que foram desmobilizadas, não referindo-se as operações ordinárias.

**CARTEIRA DE PEDIDOS**

Em 31 de dezembro de 2022, a carteira de pedidos e contratos com obrigação de compra ("Order Backlog") da Companhia no Brasil somou R\$ 73,7 milhões. Na mesma data, a Companhia possuía um saldo em contratos de fornecimento, sem obrigação de compra de R\$ 88,2 milhões. (Obs.: as cifras não incluem licitações vencidas para as quais ainda não tenham sido emitidos os respectivos pedidos ou contratos).

**LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA**

Produtos: o lucro bruto do 4T22 atingiu R\$ 5,2 milhões, com margem de 20,6% contra R\$ 6,5 milhões com margem de 25,7% no 3T22. No comparativo do exercício de 2022 com 2021, nota-se um recuo na margem bruta de 4,1 pontos percentuais. A queda de margens durante o ano de 2022 é reflexo do setor inflacionário pós-pandemia e de custos maiores com logística internacional e arremedos produtivos para mitigação de atrasos.

Serviços: os resultados do segmento de serviços não são oriundos de atividades produtivas, apenas da venda de estoques remanescentes.

**DESPESAS**

Despesas com Vendas: em 2022, as despesas comerciais da Companhia totalizaram R\$ 10,2 milhões contra R\$ 9,2 em 2021. O aumento foi principalmente, para suportar o crescimento das vendas e a evolução dos custos logísticos e comissões.

Balanços Patrimoniais para os Períodos Fins em 31 de Dezembro de 2021 e de 2022 (Em milhares de Reais)					
Ativo	Nota	Controladora	Consolidado		
	explicativa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.734	1.098	13.171	19.176
Contas a receber de clientes	6	18.227	15.301	27.128	20.943
Estoques	7	26.460	30.745	39.247	41.127
Impostos a recuperar	8	35.791	37.564	51.160	64.608
Adiantamento a fornecedores	3	3.074	1.768	6.703	5.689
Outras contas a receber	9	3.730	30.562	4.549	33.377
Despesas antecipadas		629	242	716	278
Empresas ligadas	16.1	19.619	19.613	-	-
Ativos classificados como mantidos para venda	10	3.236	3.236	38.614	45.962
Total do ativo circulante		113.500	140.124	181.288	231.140
<b>Não circulante</b>					
Outros créditos			1		
Depósitos judiciais	19.3	1.897	1.915	7.639	10.456
Títulos e valores mobiliários	5.2	44	44	44	44
Impostos a recuperar	8	1.115	1.124	1.831	1.133
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	95.200	-	103.000	-
Empresas ligadas	16.1	12.644	15.983	-	-
Outras contas a receber	9	32.848	163	35.222	6.091
Investimentos					
Investimentos em controladas e coligadas	11.1	305.036	341.227	-	-
Propriedade para investimento	11.2	-	-	21.942	21.942
Imobilizado	12	22.544	24.471	138.386	147.474
Intangível					
Ágio na aquisição de investimentos	13	61.479	61.479	82.166	82.166
Outros intangíveis	13	1.292	2.274	1.583	2.579
Total do ativo não circulante		534.100	448.681	391.814	271.866
<b>Total do ativo</b>		647.600	588.805	573.102	503.026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Períodos Fins em 31 de Dezembro de 2021 e de 2022 (Em milhares de Reais)				
	Controladora	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	54.866	(41.340)	54.866	(41.340)
<b>Outros resultados abrangentes do exercício</b>				
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(13.109)	-	(13.109)	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	41.757	(41.340)	41.757	(41.340)
<b>Total do resultado abrangente atribuído a:</b>				
Participação dos acionistas controladores	41.757	(41.340)	41.757	(41.340)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo e patrimônio líquido Circulante					
	Nota	Controladora	Consolidado		
	explicativa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	
Fornecedores - não sujeitos à recuperação judicial	14	2.724	3.671	10.748	6.047
Fornecedores - sujeitos à recuperação judicial - classe I	14	364	365	364	365
Fornecedores - sujeitos à recuperação judicial	14	5.824	4.759	5.824	4.759
Empréstimos e financiamentos - não sujeitos à recuperação judicial	15	32.194	14.762	49.977	34.870
Empréstimos e financiamentos - sujeitos à recuperação judicial	15	3.311	2.613	4.331	3.361
Salários, provisões e contribuições sociais	4.516	3.731	5.603	4.519	4.519
Comissões a pagar	241	321	326	364	364
Impostos a recolher	20	16.215	11.032	25.977	17.793
Obrigações e provisões trabalhistas - sujeitos à recuperação judicial		1.144	395	1.144	395
Adiantamento de clientes		9.237	1.630	8.037	9.237
Provisão multas contratuais		621	801	621	801
Outras contas a pagar	18	4.952	2.001	5.698	2.792
Empresas ligadas	16.1	32.559	31.857	-	-
Total do passivo circulante		109.547	77.938	118.650	85.303
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores - sujeitos à recuperação judicial	14	59.788	55.524	59.788	55.524
Empréstimos e financiamentos - não sujeitos à recuperação judicial	15	5.820	-	5.820	-
Empréstimos e financiamentos - sujeitos à recuperação judicial	15	61.830	57.813	95.526	90.587
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	33.036	31.945	46.208	46.984
Impostos a recolher	20	8.815	23.148	20.522	36.067
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e civis	19.1	3.928	4.140	32.915	33.786
Obrigações e provisões trabalhistas - sujeitos à recuperação judicial		2.836	4.510	2.836	4.510
Outras contas a pagar	18	-	2.176	3.131	5.194
Empresas ligadas	16.1	174.294	186.540	-	-
Total do passivo não circulante		350.347	365.796	266.746	272.652
<b>Patrimônio líquido</b>	21				
Capital social		1.898.871	1.897.348	1.898.871	1.897.348
Reserva de capital		2.967	3.612	2.967	3.612
Reservas e transações de capital		136.183	136.183	136.183	136.183
Ajustes de avaliação patrimonial		191.562	204.671	191.562	204.671
Prejuízos acumulados		(2.041.877)	(2.096.743)	(2.041.877)	(2.096.743)
Atribuído a participação dos acionistas controladores		187.706	145.071	187.706	145.071
Atribuído a participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		187.706	145.071	187.706	145.071
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		647.600	588.805	573.102	503.026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Períodos Fins em 31 de Dezembro de 2021 e de 2022 (Em milhares de Reais)						
Saldos em 31 de dezembro de 2020	Capital social	Reservas de capital, opções outorgadas	Prejuízos (2.055.403)	Ajustes de avaliação patrimonial	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	1.893.163	139.789	(2.055.403)	173.961	151.510	151.510
Aumento de capital	4.185	-	-	1.185	-	4.185
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	-	(41.340)	-	(41.340)	(41.340)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	-	-	-	34.088	34.088	(41.340)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(3.378)	(3.378)	(3.378)
Reserva de capital	-	6	-	6	-	6
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.897.348</b>	<b>139.795</b>	<b>(2.096.743)</b>	<b>204.671</b>	<b>145.071</b>	<b>145.071</b>
Aumento de capital	1.523	-	-	1.523	-	1.523
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	-	54.866	-	54.866	54.866
Variação cambial sobre investimentos no exterior	-	-	-	(13.109)	(13,109)	(13,109)
Reserva de capital	-	(645)	-	(645)	-	(645)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.898.871</b>	<b>139.150</b>	<b>(2.041.877)</b>	<b>191.562</b>	<b>187.706</b>	<b>187.706</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto para os Períodos Fins em 31 de Dezembro de 2021 e de 2022 (Em milhares de Reais)					
	Nota	Controladora	Consolidado		
	explicativa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro (Prejuízos) dos períodos		54.866	(41.340)	54.866	(41.340)
Depreciação e amortização	12 e 13	4.482	4.420	9.512	5.432
Reversão (Estimativa) para perda pela não recuperabilidade de ativos	12 e 13	-	-	(7.614)	16.222
Equivalência patrimonial	11.1	27.172	33.648	-	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(45)	(19.868)	7.675	(10,524)	-
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos		9.770	8.704	8.913	28.272
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(95.200)	(3.747)	(103.000)	(10,208)	-
Obsolescência de estoques (Reversão) Perdas estimadas para devedores duvidosos	6	(1.553)	-	72	(17)
Perdas efetivas com devedores duvidosos	6	918	-	1.034	9
Ajuste a valor presente	28	6.378	6.173	10.669	(10,755)
Ajuste a valor justo (Aumento) redução nos ativos operacionais	(554)	12.439	(13,605)	43,605	-
Contas a receber de clientes	(2.430)	(1.936)</			

<span>★</span> continuação	<b>LUPATECH S.A.</b>
----------------------------	----------------------

**Notas Explicativas às Informações Intermediárias, Individuais e Consolidadas, Contidas no Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP Referentes aos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021**

(Em milhares de Reais, exceto Lucro líquido por ação, ou quando indicado)

**objeto de aditamentos em 30 de novembro de 2018 e 28 de agosto de 2020.** A adoção das medidas de recuperação específicas a seguir previstas pelo Plano tem por objetivos: (i) proceder ao realocamento do passivo do Grupo Lupatech, permitindo a sua futura quitação; (ii) permitir o ingresso de fluxo de caixa para manter e fomentar as atividades do Grupo Lupatech; (iii) alienar determinados bens tidos por não essenciais às atividades econômicas do Grupo Lupatech; (iv) obter novos recursos junto ao mercado de capitais para acelerar a recuperação; e (v) por meio do soergimento do Grupo Lupatech, permitir a geração de empregos e o pagamento de impostos. **4. Medidas de recuperação:** O Plano utiliza os seguintes meios de recuperação, na forma do artigo 50 da Lei de Falências: (i) concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações do Grupo Lupatech, com a equalização de encargos financeiros, tendo como termo inicial a data da distribuição do pedido de recuperação judicial; (ii) aumento de capital social mediante emissão de valores mobiliários, com eventual alteração de controle societário; (iii) venda parcial, trespasso ou arrendamento de ativos do Grupo Lupatech, com exceção do recebimento específico para a transferência de bens destinados ao pagamento dos credores; e (v) outras medidas a serem eventualmente submetidas à prévia aprovação do Juízo da Recuperação. **Aumento de capital:** A fim de permitir a injeção de novo capital, a qualquer momento superior à homologação Judicial do Plano, poderá o Grupo Lupatech realizar uma ou mais chamadas de aumento de capital social da Lupatech, que poderão ser destinadas a credores sujeitos ao Plano, credores não sujeitos ao Plano, e/ou terceiros investidores, conforme o caso. O Plano prevê a entrega de bônus de subscrição a credores das Classes I, II, III e IV. Até a presente data foram emitidos pela Lupatech 3.404.528 (três milhões, quatrocentos e quatro mil, quinhentos e vinte e oito), que, se exercidos, serão convertidos em igual número de ações, parte dos quais remanesce em tesouraria aguardando que os créditos que pagarão se tornem líquidos ou que seja operacionalmente possível a sua entrega. Os créditos são trocados mediante a conferência de um bônus de subscrição a cada cem reais de crédito - relação proporcionalmente atrelável na hipótese de grupamento, desdobramento ou bonificação da base acionária. O objeto de exercício do Bônus de subscrição é de, no máximo, 80 por cento. Na hipótese de venda parcial, a venda permite a capitalização de recursos para o Grupo Lupatech, com exceção do direito de participação do referido aumento de capital será, sempre, opcional aos credores, e será sempre concedido de forma igualitária a cada uma das classes de credores sujeitos ao plano ou a toda a base de credores sujeitos ao Plano. No caso de um mesmo aumento de capital contemplar tanto credores sujeitos ao Plano quanto terceiros investidores, as condições de subscrição das ações oferecidas deverão ser as mesmas a ambos. **Garantias:** Para garantir a captação de novos recursos, preservados os direitos dos credores com garantia real, o Grupo Lupatech poderá, além de outorgar garantias pessoais, constituir garantias reais e fiduciárias: (j) a partir da consolidação da propriedade em favor do Grupo Lupatech, sobre o imóvel localizado em São Leopoldo; e (k) a partir da eventual desoneração de garantias dadas aos Credores com Garantia Real, sobre quaisquer dos ativos desonerados. **Alienação de ativos:** O Grupo Lupatech, a partir da homologação Judicial do Plano, poderá alienar os bens do ativo permanente descritos no Plano, por meio de (i) procedimento competitivo; (ii) contrato particular firmado por preço não inferior ao apurado em laudos de avaliação preparados por empresa especializada; ou (iii) meio particular, a ser realizado por empresa especializada, em venda de venda de ativos por meio de leilões presenciais ou via Internet. Os proventos líquidos decorrentes de tais alienações serão utilizados para o pagamento de obrigações decorrentes da legislação do trabalho, encargos tributários e previdenciários, e de obrigações estabelecidas no Plano. **Alienação de Unidades Produtivas Isoladas (UPIs):** O Grupo Lupatech, a partir da homologação Judicial do Plano, poderá alienar as UPIs descritas no Plano. A alienação das UPIs poderá ser feita de forma conjunta ou isolada, por meio de procedimento competitivo abrangendo, inclusive, uma ou mais UPIs ou bens do ativo permanente. Os proventos líquidos decorrentes de tais alienações serão utilizados para o pagamento de obrigações decorrentes da legislação do trabalho, encargos tributários e previdenciários, e de obrigações estabelecidas no Plano. Quaisquer alienações de UPIs por meio de procedimento competitivo serão realizadas respeitando-se o disposto nos respectivos editais, nos termos da Lei de Falências, e atendidas as demais condições previstas neste Plano. Fica a critério do Grupo Lupatech optar por quaisquer das modalidades de procedimento competitivo previstas nos artigos 142 a 145 da Lei de Falências. As UPIs que forem alienadas por procedimento competitivo estarão livres de quaisquer ônus e seu respectivo adquirente não responderá por nem assumir a responsabilidade do Grupo Lupatech, inclusive as de caráter tributário e trabalhista, nos termos do art. 6º e 141 da Lei de Falências. Na hipótese de alienação de qualquer das UPIs previstas no Plano por meio de procedimento competitivo, o Grupo Lupatech poderá incluir, como parte integrante da UPI, acesso a eventuais direitos de uso, em caráter oneroso e temporário, sobre os imóveis em que se localizam os equipamentos que constituem as UPIs alienadas. **Alienação de ativos de empresa não-recuperandas:** O Grupo Lupatech poderá, ainda, alienar ativos de propriedade de sociedades estrangeiras nas quais detenha participação ou controle, não integrantes da Recuperação Judicial. Os proventos líquidos decorrentes de tais alienações ingressarão no caixa das recuperandas, e serão utilizados para o pagamento de obrigações decorrentes da legislação do trabalho, encargos tributários e previdenciários, e de obrigações estabelecidas no Plano. **Alienação de ativos dados em garantia real ou fiduciária:** Mediante a anúncia prévia do credor que detenha a respectiva garantia e/ ou na forma da Lei ou do Plano, o Grupo Lupatech poderá alienar a terceiros, bens dados em garantia real ou fiduciária. Os recursos decorrentes da alienação de tais bens serão utilizados para a quitação dos créditos decorrentes de obrigações decorrentes da legislação do trabalho, encargos tributários e previdenciários, e de obrigações estabelecidas no Plano. **Constituição de SPES:** A fim de possibilitar ou facilitar a venda de quaisquer dos bens do ativo permanente ou das UPIs descritas no Plano, conforme o caso, o Grupo Lupatech poderá, de forma individualizada ou em conjunto, transferir um ou mais desses ativos ou UPIs a sociedades de propósito específico constituídas pelo Grupo Lupatech. **Aprovação para alienação de ativos:** Sem prejuízo das hipóteses de alienação de ativos e alienação de ativos dados em garantia real ou fiduciária, será permitida qualquer outra modalidade de alienação, substituição ou oneração de bens mediante autorização do Juízo da Recuperação ou aprovação pela Assembleia Geral de Credores, respeitados os termos das legislações e dos contratos aplicáveis a tais ativos. Encerrada a Recuperação Judicial, o Grupo Lupatech poderá alienar livremente quaisquer bens de seu ativo circulante ou permanente, observados os gravames que recaírem sobre tais bens, não sendo mais aplicáveis as restrições previstas neste Plano ou no art. 66 da Lei de Falências, estando, porém, sujeitas as restrições previstas nos contratos sociais e estatutos das sociedades do Grupo Lupatech, bem como a qualquer dívida decorrente do encerramento da Recuperação Judicial. O Grupo Lupatech poderá dispor dos bens do seu ativo e dos recursos que se imponham as restrições e limitações previstas no Plano. **Reestruturação dos créditos sujeitos ao Plano:** Observado o disposto no artigo 61 da Lei de Falências, todos os Créditos Sujeitos ao Plano, que serão pagos pela Lupatech e pela Lupatech Finance como devedoras principais, conforme o caso, em solidariedade com as outras sociedades do Grupo Lupatech, que permanecem como coobrigadas e devedoras solidárias, com expressa renúncia a qualquer benefício de ordem. Os créditos sujeitos ao Plano serão pagos nos prazos e formas estabelecidos no Plano, para cada classe de Credores Sujeitos ao Plano, ainda que os contratos que deram origem aos Créditos Sujeitos ao Plano disponham de maneira diferente. Com a referida novação, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bem como quaisquer outras obrigações contratuais que sejam incompatíveis com as condições deste Plano, deixam de ser aplicáveis. Os créditos não sujeitos ao Plano serão pagos na forma originalmente prevista no Plano. **Acumulação de dívidas:** O Grupo Lupatech poderá acumular dívidas decorrentes da Recuperação Judicial, bem como dívidas decorrentes de obrigações decorrentes do encerramento da Recuperação Judicial. O Grupo Lupatech poderá dispor dos bens do seu ativo e dos recursos que se imponham as restrições e limitações previstas no Plano. **Reestruturação dos créditos sujeitos ao Plano:** Observado o disposto no artigo 61 da Lei de Falências, todos os Créditos Sujeitos ao Plano, que serão pagos pela Lupatech e pela Lupatech Finance como devedoras principais, conforme o caso, em solidariedade com as outras sociedades do Grupo Lupatech, que permanecem como coobrigadas e devedoras solidárias, com expressa renúncia a qualquer benefício de ordem. Os créditos sujeitos ao Plano serão pagos nos prazos e formas estabelecidos no Plano, para cada classe de Credores Sujeitos ao Plano, ainda que os contratos que deram origem aos Créditos Sujeitos ao Plano disponham de maneira diferente. Com a referida novação, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bem como quaisquer outras obrigações contratuais que sejam incompatíveis com as condições deste Plano, deixam de ser aplicáveis. Os créditos não sujeitos ao Plano serão pagos na forma originalmente prevista no Plano. **Acumulação de dívidas:** O Grupo Lupatech poderá acumular dívidas decorrentes do encerramento da Recuperação Judicial, bem como dívidas decorrentes de obrigações decorrentes do encerramento da Recuperação Judicial. O Grupo Lupatech poderá dispor dos bens do seu ativo e dos recursos que se imponham as restrições e limitações previstas no Plano. **Reestruturação dos créditos trabalhistas:** Os créditos trabalhistas controvertidos que venham a ser objeto de acordo na Justiça do Trabalho devem ser pagos na forma estabelecida nos respectivos acordos devidamente homologados pela Justiça do Trabalho em decisão definitiva. Em nenhuma hipótese os créditos trabalhistas controvertidos poderão receber tratamento mais benéfico do que aquele dado aos créditos trabalhistas incontrolversos. **d. Reestruturação dos créditos com garantia real:** Além do pagamento previsto acima, o Grupo Lupatech poderá, a qualquer tempo e mediante anúncia por parte do respectivo credor com garantia real, realizar o pagamento total ou parcial do saldo do respectivo crédito com garantia real por meio: (i) da entrega em pagamento de quaisquer dos ativos da garantia real em favor do credor com garantia real; (ii) da datação de pagamento de créditos relativos ao Grupo Lupatech, em favor suficiente a cobertura do saldo do respectivo crédito com garantia real; ou (iii) da entrega dos recursos provenientes da alienação de quaisquer dos ativos dados em garantia real em favor do credor com garantia real, seja nos termos do Plano, mediante autorização judicial, ou nos termos do Artigo 60 da Lei de Falências. Na hipótese de o pagamento alternativo ocorrer apenas de forma parcial, o respectivo credor com garantia real deverá liberar garantias reais excessivas em favor do Grupo Lupatech, na forma do Plano. **e. Reestruturação dos créditos quirografários:** Os créditos quirografários que forem denominados em moeda estrangeira serão apurados em Reais com base no câmbio da data do pedido, e pagos em condições análogas às previstas no Plano, respeitada a variação do câmbio oficial do Banco Central do dia útil anterior ao pagamento. A variação cambial será apurada pela diferença entre o valor original do crédito quirografário denominado em moeda estrangeira e os valores efetivamente pagos em moeda estrangeira. O Grupo Lupatech assegurará o pagamento, em dinheiro, de no mínimo dois mil reais por credor quirografário, na hipótese de moeda nacional como moeda estrangeira, até o limite do valor do respectivo crédito quirografário. Na hipótese de tal valor mínimo exceder a 50% do crédito quirografário, apenas o saldo restante do crédito quirografário será pago por entrega de Bônus de Subscrição. **Cancelamento dos Notes atuais:** Após a homologação Judicial do Plano, e após a obtenção de decisão judicial no *Chapter 15* reconhecendo a eficácia do Plano em território norte-americano, considerar-se-ão canceladas de pleno direito as *Notes* atualmente detidas pelos *Noteholders*, as quais serão substituídas pelas *Novas Notes*, a serem emitidas em até 180 dias contados da obtenção da decisão judicial no *Chapter 15*. Conforme Comunicado ao Mercado de 18 de outubro de 2021, a Companhia concluiu a substituição obrigatória das *Notes* emitidas em 8 de outubro de 2014. A *Depositary Trust Company* (“DTC”) substituiu US\$49.302 em Notas Fixas Garantidas atualmente pela DTC por (i) US\$14.628 em valor principal agregado de 0,4% de valor de Taxa Fixa da Companhia e 1.482.487 “*Warrants*” que são exercícios por um número igual de bônus de subscrição. Cada bônus de subscrição é convertido em uma ação ordinária da Lupatech a um preço de exercício de R\$0,88. A Escritura datada de 18 de outubro de 2021, nas quais as “*New Notes*” são emitidas pela Lupatech Finance Limited, possui a Lupatech como Garantidora, e a *Warrant Savings Fund* (“*WSF*”) como Trustee. “*New Notes*” são títulos de dívida, agente pagador, a registrar e agente de transferência. Em 28 de outubro de 2021, a Companhia tomou ciência da decisão judicial proferida pela Corte de Falências de Nova Iorque, a qual, em razão da conclusão da emissão das *Novas Notes* e dos *Subscription Warrants*, determinou o encerramento do *Chapter 15* nos Estados Unidos da América. **f. Reestruturação dos Créditos de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP):** O Grupo Lupatech assegurará o pagamento, em dinheiro, de no mínimo dois mil reais por credor ME e EPP, até o limite do valor de seu respectivo crédito de ME e EPP. Na hipótese de tal valor mínimo exceder a proporção de 50% do crédito ME e EPP, apenas o saldo restante do crédito de ME e EPP será pago pela entrega de Bônus de Subscrição. **2º Emissão de Bônus de Subscrição da Companhia:** Em 3 de março de 2021 a Companhia, através de Reunião do Conselho de Administração aprovou os termos e condições da 02ª Emissão de Bônus de Subscrição, em série única e onerosa, dentro do limite de capital autorizado, a ser realizada de forma de, no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e demais sociedades do seu grupo, promover o pagamento dos créditos sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial. Os Bônus de Subscrição serão objeto de colocação pública de venda pública, em caráter de oferta, e os pagamentos serão entregues proporcionalmente aos titulares de créditos a serem integralizados nos termos do artigo 171, parágrafos 2º e 3º, da Lei das Sociedades por Ações. **Encerramento da Recuperação Judicial:** Na data de 14 de março de 2023, a Companhia teve ciência de que foi decretado o encerramento da recuperação judicial da Lupatech S.A. e controladas (“Grupo Lupatech”), conforme sentença prolatada no processo de recuperação judicial do Grupo Lupatech que tramita sob o número 1050924-67.2015.8.26.0100, junto à 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo. **1.2 Continuidade operacional:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia incorreu em prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$54.549 na controladora e R\$69.485 no consolidado (prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$45.087 na controladora e R\$41.970 no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) e em, 31 de dezembro de 2022, o total do ativo circulante da Companhia excedeu o passivo circulante em R\$3.953 na controladora, e no consolidado, o total do ativo circulante excedeu o total do passivo circulante em R\$62.638 em 31 de dezembro de 2022, e no consolidado, o total de passivo circulante em R\$62.186 em 31 de dezembro de 2022, e no consolidado o total do ativo circulante excedeu o total do passivo circulante em R\$145.837. O Grupo Lupatech busca superar a crise econômica-financeira e reestruturar seus negócios através do processo de recuperação judicial, segundo o plano de recuperação judicial apresentado aos seus credores, com o objetivo de preservar a sua atividade empresarial, recuperar sua posição de destaque como um dos mais relevantes grupos econômicos do Brasil relacionados ao setor de óleo e gás, bem como, como fonte de geração de riquezas, tributos e empregos. Em que pese a melhora nos resultados, a continuidade depende não só da melhoria do desempenho, mas também do êxito da Companhia em obter recursos adicionais necessários ao abastecimento do capital de giro e ao serviço da dívida. Nos cenários desenvolvidos pela Administração, as estimativas indicam a necessidade de obtenção de recursos financeiros adicionais para elevar os níveis de capital de giro para suportar a retomada das operações. Tais recursos poderiam vir, por exemplo, e sem se limitar a, de novas linhas de crédito, aumento de capital com ou sem conversão de dívidas, venda de ativos ou participações societárias, restituição de créditos tributários e do pagamento de passivos. A Administração pretende todas essas opções. A Companhia teve êxito em determinadas medidas implementadas desde o ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial as quais viabilizaram a injeção de recursos substanciais em suas operações. Entre tais medidas, tem destaque o recebimento de relevantes quantias do seu principal cliente, venda de participações societárias, venda de ativos imobilizados e restituição de créditos tributários. Diversas medidas de obtenção de recursos são perseguidas com o propósito de proporcionar o capital de giro necessário para a elevação do nível de atividade e o serviço da dívida. O volume de capital necessário para financiar a retomada, depende da própria velocidade da retomada. Em agosto de 2020 a Companhia tomou ciência, da decisão final proferida no Procedimento Arbitral, em trâmite perante a Câmara de Arbitragem da Federasil (CAF), movido pela Companhia contra a Cordoaria São Leopoldo Ltda., visando a aplicação de penalidades contratuais por violação de acordo de não concorrência decorrente da aquisição da unidade de Cabos de Ancoragem. A Companhia se sagrou vencedora no referido procedimento arbitral, tendo sido reconhecido o descumprimento da cláusula de não concorrência, resultando na condenação do grupo de não cumprimento à Lupatech. O ganho de processo foi de R\$2.738 milhões. A decisão final do procedimento arbitral foi publicada no Diário Oficial do processo no montante de R\$22.738. Em 31 de dezembro de 2022 o valor atualizado do processo é

de R\$32.783. Em fevereiro de 2021, a Companhia tomou ciência de sentença parcial em procedimento arbitral junto à Câmara de Arbitragem do Mercado, movido em face de GP Investimentos, San Antonio Internacional e seus veículos, o qual deu provimento substancial aos pleitos formulados pela Companhia. Na data de publicação destas demonstrações financeiras o processo encontrava-se aguardando a prolação da sentença final (Nota Explicativa 19.2). Em 26 de março de 2021 a Companhia recebeu ressarcimentos na quantia de R\$5.222 em decorrência do cumprimento voluntário da sentença parcial. Em agosto de 2021, a Receita Federal do Brasil deu cumprimento à decisão liminar em sede de mandado de segurança impetrado pela Lupatech S/A determinando a habilitação à compensação dos créditos de ICMS incidentes sobre PIS e COFINS, fruto de decisão judicial com trânsito parcial em julgado, cuja eficácia não vinha sendo reconhecida. Em decorrência do cumprimento da decisão judicial, a Lupatech S.A. passa estar apta a compensar créditos no montante de R\$29.465 com tributos federais correntes devidos, exceto previdenciários. No mesmo período de 2021, foi habilitado o crédito da Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda. no montante de R\$1.327. Foi certificado em novembro de 2021, o trânsito em julgado do acórdão favorável à coligada Lupatech Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda. nos autos do Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, que discute a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em decorrência do cumprimento da decisão judicial, a Lupatech Equipamentos passa estar apta a usufruir desse crédito no montante de R\$3.634, passíveis de compensação ou ressarcimento. Em agosto de 2022, ocorreu o trânsito em julgado a favor da Lupatech S/A garantindo o direito de ressarcimento ou compensação de ICMS incidentes sobre o PIS e COFINS, recolhidos no período de janeiro de 2015 a julho de 2021 atualizados pela SELIC, o valor do referido crédito em 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.836. No exercício de 2021, em virtude da Circular do Ibracn nº 07/2021 e trânsito em julgado a favor da coligada Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda., foram reconhecidas as quantias de R\$715 mil relativo aos impostos recolhidos de 15 de março de 2017 até 04 de julho de 2021 e R\$1.181 correspondentes aos impostos recolhidos de 2002 a 2008.

O Conselho de Administração, em reuniões realizadas em agosto e setembro de 2022, aprovou a contratação de empréstimos e financiamentos e a emissão de títulos financeiros. Bem como, a contratação de créditos de crédito bancário, notas de crédito à exportação, assinatura de contratos de câmbio, derivativos e outros instrumentos, inclusive todas as suas reações/replicas e negociações, no montante de R\$7.500. Ficando também aprovada a constituição das mencionadas garantias por período superior ou igual a trinta e seis meses. Em 29 de dezembro de 2022, a Companhia submeteu pedido de adesão ao Programa de Quitação Antecipada de Transações e Inscrições da Divisão Ativa da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - “QuitapGFN”, instituído pela Portaria PGFN 8.798/2022. O Programa permite, entre outras, a quitação antecipada de saldos de acordos de transação combinando pagamentos em dinheiro e com créditos de prejuízo fiscal do IRPJ e de base negativa da CSLL. A utilização dos referidos créditos abarca até 70% do saldo devedor dos acordos de transação incluídos no pedido, gerando um benefício direto ao Grupo Lupatech na redução do saldo de passivos tributários de R\$20.955, que nas Demonstrações Financeiras de 30 de setembro de 2022 encontravam-se parcelados para pagamento em dinheiro. Após o abatimento com créditos tributários, o saldo remanescente deverá ser pago em dinheiro (Nota Explicativa nº 20), divididos em 12 parcelas mensais. A Lupatech firmou contratos de fomento, sem obrigação de compra. O valor requisitado dos contratos vigentes na data das demonstrações financeiras é de R\$88 milhões. Tais eventos são importantes indicadores da esperada retomada da atividade na indústria e de seus benefícios para a Lupatech. Determinadas unidades de negócios têm tido suas operações substancialmente afetadas pelas condições de mercado de Óleo e Gás, pela crise econômica do Brasil e pelas repercussões do processo de Recuperação Judicial, tendo o seu nível de atividade e seu desempenho operacional limitado. Na avaliação da Companhia, estas unidades voltarão a operar em patamares superiores à medida que o ambiente de negócios se normalize, sempre que os recursos necessários ao seu capital circulante sejam conferidos. Oportunidades estratégicas de acelerar a retomada da atividade e/ou mitigar riscos de continuidade por meio de fusões e aquisições são continuamente monitoradas pela Administração. **1.3 Pandemia (Covid-19) e Guerra na Ucrânia:** Em meados do mês de março de 2020, a Companhia começou a enfrentar as consequências da Pandemia da COVID-19. A partir do segundo trimestre de 2021, foi observado o reacendimento da atividade comercial, que havia voltado a sofrer no início de 2021 com a eclosão da segunda onda da pandemia. Ao fim do primeiro trimestre de 2022, surtos da doença ainda levou a novos lockdowns e à paralização de fábricas e portos nageos países, o que voltou a aumentar as já existentes perturbações nas cadeias de suprimento globais, inclusive nas que a Companhia se insere. Em fevereiro de 2022 iniciou-se uma guerra entre Rússia e Ucrânia com repercussões internacionais relevantes, tanto nos sistemas financeiros como no fluxo global de uma série de matérias-primas e produtos que tem a Rússia como grande produtor. Houve repercussões imediatas nos preços de uma série de matérias-primas, como é o caso do níquel, metal utilizado na produção de várias ligas de aço. A Administração da Companhia está monitorando os possíveis impactos da COVID-19 e da guerra. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não vslumbra riscos à continuidade de seus negócios e tampouco às estimativas e julgamentos contábeis. **2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas CPC):** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Administração da Companhia, através de todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das informações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2023. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo. **2.4 Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial e suas controladas. **2.4.1 Empresas controladas:** O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. As informações financeiras de empresas controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis da Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial e suas controladas diretas e indiretas, conforme demonstrado a seguir:

Participação direta e indireta (%)		
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
<b>Empresas controladas diretas e indiretas</b>		
<b>Participações diretas</b>		
Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Lupatech Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda.- Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Lupatech Finance Limited - Em Recuperação Judicial - (Ilhas Cayman)	100,00	100,00
Recu S.A. - (Argentina)	95,00	95,00
Lupatech Oil&Gas Cooperatief U.A. - (Holanda)	5,00	5,00
Lochness Participações S/A - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Ilo Administradora de Bens e Direitos Ltda. - (Brasil)	100,00	100,00
<b>Participações indiretas</b>		
Recu S.A. - (Argentina)	5,00	5,00
Lupatech Oil&Gas Cooperatief U.A. - (Holanda)	95,00	95,00
Lupatech Perfuração e Completação Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S/A - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Itacup Perfurações Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Presart Agenciamento Marítimos Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Mitep S.A. Máquinas e Equipamentos - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Amper Amazonas Perfurações Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
UNAP International Ltd. - (Ilhas Cayman)	100,00	100,00
Ciaval II Administração de Bens e Direitos SPE S.A. - (Brasil)	100,00	100,00

**Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **3. Principais práticas contábeis:** O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue: **3.1 Instrumentos Financeiros:** A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. A Companhia, a partir da data de balanço, classifica os instrumentos financeiros em seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio dos resultados abrangentes e ao custo amortizado. **3.1.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retratada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando a Companhia, a partir da data de balanço, tem atualmente um direito legal executável de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.1.2 Ativos e passivos financeiros não derivativos - mensuração: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorrido, são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos são reconhecidos no resultado do exercício. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, de liquidez imediata. As aplicações financeiras estão registradas pelos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas e com as instituições financeiras. **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação. A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Administração tenha a intenção e possua condições financeiras de manter a aplicação financeira até seu vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda. Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado. Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação e os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Todos são acrescidos por juros, correção monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridos até a data das demonstrações financeiras. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, quando incorridas. Os ganhos e perdas acumulados registrados no Patrimônio Líquido são reclassificados para o resultado do exercício quando essas aplicações são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis. **Contas a receber de clientes:** São demonstradas pelos valores nominais dos títulos, acrescidos de variação cambial e ajustados a valor presente até a data do balanço, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida, quando necessário, com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as eventuais perdas estimadas na realização dos créditos. **3.1.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Empréstimos, financiamentos e debêntures (parcela referente ao instrumento de dívida) são demonstrados pelo custo amortizado. São demonstrados pelo valor captado, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. **3.2 Ajuste a valor presente:** Sobre as transações que dão origem a um ativo, passivo, receita ou despesa ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo não circulante, recebíveis ou exigíveis, ou de curto prazo quando a data de vencimento é reconhecida a ajuste a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais. O ajuste a valor presente é apresentado como conta retificadora dos recebíveis e exigíveis e é alocado ao resultado como receitas ou despesas financeiras pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros. **3.3 Ajuste a valor justo:** Para os ativos e passivos financeiros sem cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. O ajuste a valor justo é apresentado em conta específica, determinada como ajuste a valor justo e sua variação é alocada ao resultado como receitas ou despesas financeiras pelo regime de competência. **3.4 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio custo médio das compras ou de produção, tendo em conta o método de absorção total de custos industriais, inferior aos valores de realização. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação. **3.5 Intangíveis a, a. Agio:** O agio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data de realização, é reconhecido a ajuste a valor presente com base em taxas de desconto se houver Conforme ICPQ 9, o agio de aquisição de controladas fundamentado em rentabilidade futura é registrado nas demonstrações financeiras individuais (controladora) como “investimentos” e nas demonstrações financeiras consolidadas como “ativo intangível”. A parcela fundamentada em mais-valia de ativo imobilizado é classificada, no balanço da controladora, como “investimentos” e no consolidado ao saldo do correspondente ativo. O agio é testado anualmente, ou em um período menor, quando houver indicativo de deterioração do investimento, para verificar prováveis perdas (*impairment*). O agio é alocado nas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o agio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional. **b. Softwares e desenvolvimento de produtos e processos:** As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em 5 anos. Os custos associados ao desenvolvimento de produtos e processos são registrados e amortizados com base no custo de aquisição objetivamente à geração de benefícios econômicos futuros através da formação de nova receita ou pela

redução de custos, são ativados em conta específica e amortizados pela vida útil definida na qual os benefícios a serem gerados foram estimados. **3.6 Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • Custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Reclassificação para ativos classificados como mantidos para venda:** Quando da identificação de ativos que satisficam os critérios de classificação de “ativos mantidos para venda”, ou seja, cujo valor contábil do bem será recuperado por meio de uma operação de venda ao invés de ser utilizado na própria operação da Companhia, estes serão classificados para o ativo circulante e mensurados pelo menor valor entre o contábil registrado e o valor justo menos das despesas de venda. A depreciação desses ativos deve cessar. Os valores dos ativos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente no balanço patrimonial. **Reclassificação para propriedade para investimento:** Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio na reserva de ajuste de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão realizados. Os custos subsequentes são mantidos e os recursos reconhecidos são mantidos no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As taxas estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Taxas médias ponderadas de depreciação % ao ano	
Terrenos	—
Fredões e construções	2%
Máquinas e equipamentos	15%
Moldes e matrizes	6%
Instalações industriais	19%
Móveis e utensílios	12%
Equipamentos para processamento de dados	34%
Beneficiários	6%
Veículos	19%

**3.7 Estimativa para redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment): a. Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • indicadores de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; • mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; • dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **b. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza técnicas históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora do respectivo ativo. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **c. Ativos classificados como valor justo por meio do resultado:** Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento subsequente, a perda reconhecida anteriormente é revertida e o valor do ativo é reconhecido em relação ao valor e a perda reversão é reconhecido no resultado. Caso contrário, a reversão é reconhecida em outros resultados abrangentes. **d. Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:** Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu

**Notas Explicativas às Informações Intermediárias, Individuais e Consolidadas, Contidas no Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021**

classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. • A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarecem que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que na opinião da Administração, possam ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. **4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 10 - Ativos mantidos para venda. • Nota explicativa 12 - Imobilizado; • Nota explicativa 13 - Intangíveis; • Nota explicativa 17 - Impostos de renda e contribuição social; • Nota explicativa 19 - Processos contingentes e depósitos judiciais; De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica, a seguir descrita, a **Imposto de renda diferido:** O montante do imposto de renda diferido atual é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de estimativa de lucros tributáveis futuros. É calculado usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração do Grupo. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização, levando também em consideração as projeções de resultados tributáveis futuros. **b. Vida útil de ativos de longa duração:** A Companhia reconhece a depreciação e/ou amortização de ativos de longa duração com base em vida útil estimada, e reflete significativamente na vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário. **c. Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa:** Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Não importando se existe ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos de ágio oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis, com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, ou período menor quando existem circunstâncias que requeiram análises por período menor que o anual. Quando o valor residual de um ativo excede seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil destes ativos. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado. Exceto para uma perda de recuperabilidade do ágio, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo da provisão para perda do correspondente ativo. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado. A Companhia realizou novos testes de recuperabilidade de ágios para todas as suas unidades geradoras de caixa, as quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração e é baseado em projeções de expectativas de fluxo de caixa descontados e que levam em consideração as seguintes premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados para fins de perpetuidade do fluxo de caixa, metodologia para determinação do capital de giro e premissas econômico-financeiras de longo prazo. O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A avaliação das unidades geradoras de caixa da Companhia, baseada em fluxos de caixa projetados, pode ser negativamente impactada se a recuperação da economia e das taxas de crescimento acontecerem em uma velocidade inferior à prevista, bem como se os planos da Administração para os negócios da Companhia, descritas na nota explicativa nº 1.2 não se concretizarem como esperado no futuro. As avaliações e teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa, tem como pressuposto a continuidade operacional da Companhia e suas controladas. **5. Caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários restritos:** **5.1 Caixa e aplicações financeiras:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Caixa e bancos</b>				
No Brasil	2.115	961	2.340	1.278
No exterior	-	-	14	-
Total	2.115	961	2.354	1.278
<b>Aplicações Financeiras - CDB (*)</b>				
Certificado de depósito bancário	619	137	10.817	17.898
Total	619	137	10.817	17.898
Caixa, bancos e Aplicações Financeiras	2.734	1.098	13.171	19.176

(\*) Remuneradas a taxas que variam entre 31,75% e 100% CDI, resultando em uma média ponderada de aproximadamente 76,99% do CDI em 31 de dezembro de 2022. Os valores de equivalentes de caixa são referentes a aplicações de liquidez imediata, com risco insignificante de modificação do valor e referem-se a recursos aplicados em renda fixa e certificado de depósito bancário. As taxas de remuneração das aplicações financeiras de certificado de depósito bancário têm como parâmetro o Certificado de Depósito Interbancário - CDI. **5.2 Títulos e valores mobiliários restritos:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui R\$944 no ativo não circulante referente à garantia locatícia, tanto na controladora quanto no consolidado.

**6. Contas a receber de clientes:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Mercado nacional	18.089	16.172	25.127	22.312
Mercado externo	2.118	2.662	4.347	2.662
Menos: estimativa para perda de créditos de liquidação duvidosa	(1.980)	(3.533)	(2.346)	(4.031)
Circulante	18.227	15.301	27.128	20.943
Não circulante	18.227	15.301	27.128	20.943

A composição da carteira de clientes por vencimentos é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A faturar	423	1.963	2.669	3.305
A vencer	14.296	10.771	18.983	12.402
Vencidos até 30 dias	1.035	1.493	1.223	1.506
Vencidos de 31 a 90 dias	1.444	131	1.444	473
Vencidos de 91 a 180 dias	590	86	623	86
Vencidos há mais de 180 dias	2.419	4.390	4.532	7.202
Total	20.207	18.834	29.474	24.974

O valor do risco de eventuais perdas encontra-se apresentado como estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa. A constituição destas estimativas, é considerada para valores vencidos a uma vida de 30 dias e segue os seguintes critérios: O risco de crédito das contas a receber advém de a possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira da seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhando permanentemente o seu saldo devedor. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente, por parte de sua Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. A baixa por perda obedece aos parâmetros da legislação e a recuperação refere-se a receita correspondente da recuperação do crédito anteriormente estimado como perda, proveniente do efetivo recebimento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial do período	3.533	3.640	4.031	4.187
Constituição	81	(15)	81	(33)
Baixa por perda	(1.543)	142	(1.675)	112
Recuperação	(91)	(234)	(91)	(235)
Saldo final do exercício	1.980	3.533	2.346	4.031

**Qualidade do crédito das contas a receber de clientes**

A qualidade dos créditos de contas a receber de clientes que não estão vencidos ou deteriorados (*impaired*) pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Abaixo está apresentada a abertura dos créditos conforme classificação interna do Grupo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Grupo 1	1.243	3.583	3.443	4.266
Grupo 2	1.599	4.134	3.835	6.091
Grupo 3	15.385	7.584	19.850	10.586
Total	18.227	15.301	27.128	20.943

Legenda: **Grupo 1** - Novos clientes (menos de 6 meses de relacionamento com o Grupo); **Grupo 2** - Clientes existentes (mais de 6 meses sem histórico de inadimplência); **Grupo 3** - Clientes existentes (mais de 6 meses com algum histórico de inadimplência. Toda inadimplência foi recuperada). A Companhia possui recebíveis dados em garantia de empréstimos, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 15 com a rubrica "Títulos descontados com coobrigação". **7. Estoques:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Produtos prontos	3.927	6.325	5.392	7.800
Mercadorias para revenda	1.691	4.645	3.487	6.453
Produtos em elaboração	12.018	10.292	25.595	20.374
Matéria-prima e materiais auxiliares	16.672	16.466	31.033	30.529
Perdas com obsolescência de estoques	(7.848)	(6.983)	(26.260)	(24.029)
Total	26.460	30.745	39.247	41.127

As estimativas para constituição de perda com obsolescência de estoques, são baseadas nas evidências mais confiáveis no momento em que são constituídas, por itens que não tenham demanda futura e que permanecem sem rotatividade no estoque da Companhia. Movimentação das perdas com estoques:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial do período	(6.983)	(7.055)	(24.029)	(24.046)
Estimativa de perda	(867)	(213)	(2.354)	(418)
Reversão	2	285	123	435
Saldo final	(7.848)	(6.983)	(26.260)	(24.029)

**8. Impostos a recuperar:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Impostos a Recuperar	11.031	10.296	11.182	10.453
ICMS a recuperar	23.311	25.993	28.842	29.627
IPI a recuperar	1.371	1.454	1.599	1.681
PIS a recuperar	61	40	118	95
Cofins a recuperar	281	184	398	331
IRRF a recuperar	11	11	407	434
IRPJ a recuperar	507	383	8.351	20.506
CSLL a recuperar	333	326	2.079	2.607
Outros	36.906	38.688	52.995	65.741
Circulante	35.791	37.564	51.160	64.608
Não Circulante	1.115	1.124	1.831	1.133

A origem dos créditos acima relacionados é a seguinte: **•ICMS** - créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos cuja venda está sujeita à base de cálculo reduzida de ICMS, bem como a créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação. Ações vêm sendo tomadas para utilizar esses créditos fiscais acumulados, seja pelo seu consumo na operação, compensação com débitos ou restituição em dinheiro. **•ICMS s/PIS e COFINS** - refere-se ao montante apurado pela Companhia em virtude de trânsito em julgado de decisão favorável à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e conforme previsto na Circular do Ibracem nº 07/2021. **•COFINS, PIS e IPI a recuperar** - créditos sobre compras de matérias-primas utilizadas em produtos exportados e venda de produtos tributados à alíquota zero. A realização destes créditos tem sido efetuada através de compensação com créditos tributários fiscais e **Imposto de renda e contos de recuperar** - impostos sobre o lucro em função de fontes sobre operações financeiras e serviços prestados por terceiros. Estes impostos vêm sendo compensados com impostos a pagar apurados de mesma natureza ou objeto de pedido de restituição, quando aplicável.

**9. Outras contas a receber:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui os seguintes saldos registrados como outras contas a receber no ativo circulante e não circulante, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Outras contas a receber - circulante</b>				
Outras contas a receber	140	976	566	1.522
Procedimento Arbitral - CSL	-	25.227	-	25.227
Debêntures conversíveis em ações	3.590	4.359	3.983	6.628
Total	3.730	30.562	4.549	33.377
<b>Outras contas a receber - não circulante</b>				
Procedimento Arbitral - CSL	32.783	-	32.783	-
Valores a receber da Luxton (*)	65	163	2.436	6.091
Outras contas a receber	-	-	3	-
Total	32.848	163	35.222	6.091

(\*) A Companhia possui contrato de mútuo com a Luxton Participações Ltda., e no exercício de 2022 foi reconhecido estimativa de perda pela não recuperabilidade no montante de R\$3.655. **10. Ativos classificados como mantidos para venda:** A Companhia possui ativos classificados como mantidos para venda no ativo circulante, que compreendem principalmente os imobilizados do segmento de serviços, no qual não estão em

**Síntese de movimentação dos ativos mantidos para venda:**

	Prédios e construções		Máquinas equipamentos		Ferramentas Industriais		Móveis e utensílios		Equipamentos processamento de dados		Veículos		Total	
	Terrenos													
<b>Custo do imobilizado bruto</b>														
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	3.236	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.236
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	3.236	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.236

	Prédios e construções		Máquinas equipamentos		Ferramentas Industriais		Móveis e utensílios		Equipamentos processamento de dados		Veículos		Total	
	Terrenos													
<b>Custo do imobilizado bruto</b>														
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	43.517	2.329	-	-	3	-	111	-	2	-	-	45.962
Baixas	-	-	(12.886)	(917)	-	-	(1)	-	(111)	-	-	-	-	(13.915)
Reversão/Estimativa pela não recuperabilidade de ativos	-	-	8.902	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.902
Efeito da conversão de controladas no exterior	-	-	(2.335)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.335)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	37.198	1.412	-	-	2	-	-	-	2	-	-	38.614

**11. Investimentos: 11.1 Investimentos em controladas e coligadas:**

	Mipel	Recu	LESP	Finance	LO&G	Lochness	lino	31/12/2022	31/12/2021
<b>Quantidade de ações ou cotas</b>									
Ações ordinárias (mil)	-	3.000	-	-	-	-	97.765	-	-
Cotas do capital social (mil)	38.113	-	-	50	-	-	-	-	-
Percentual de participação	100%	95%	100%	100%	5%	100%	100%	-	-
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>9.655</b>	<b>133</b>	<b>15.301</b>	<b>102.725</b>	<b>5.611</b>	<b>83.783</b>	<b>97.764</b>		
Reversão/Estimativa pela não recuperabilidade de ativos	(974)	-	(17.464)	(788)	(12.075)	1.191	-		
Lucros não realizados	(549)	-	-	-	-	-	-		
<b>Movimentação dos investimentos</b>									
Saldo inicial no período	6.925	232	33.157	112.631	943	89.575	97.764	341.227	331.920
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	3.588
Aumento de capital	3.350	-	738	-	-	-	-	4.088	26.757
Resultado de equivalência patrimonial	(1.169)	-	(17.464)	(5.078)	(603)	1.191	(4.049)	(27.172)	(33.648)
Ajuste de avaliação patrimonial	(106)	-	(1.130)	(4.828)	(5)	(6.984)	-	(13.107)	12.610
Saldo final no período	<b>9.106</b>	<b>126</b>	<b>15.301</b>	<b>102.725</b>	<b>281</b>	<b>83.783</b>	<b>93.715</b>	<b>305.036</b>	<b>341.227</b>

As razões sociais das controladas e coligadas são as seguintes: Mipel - Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda. - Em Recuperação Judicial; Recu - S.A.; LESP - Lupatech - Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda. - Em Recuperação Judicial; Finance - Lupatech Finance Limited - Em Recuperação Judicial; LO&G - Lupatech



**Notas Explicativas às Informações Intermediárias, Individuais e Consolidadas, Contidas no Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021**

A Administração da Companhia apresenta a análise de sensibilidade, considerando: **Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) provável estimada pela Administração:** Taxa de juros para o ano de 2023: 13,8%; US\$: 5,34. **Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) possível, com deterioração de 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada como provável:** Taxa de juros para o ano de 2023: Aumento para 17,2%; US\$: 6,68. **Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) remota, com deterioração de 50% (cinquenta por cento), na variável de risco considerada como provável:** Taxa de juros para o ano de 2023: Aumento para 20,06%; US\$: 8,01. O impacto apresentado na tabela abaixo refere-se ao período de 1 ano de projeção:

Operação	Risco	Cenário conforme definição acima			
		Controladora	Consolidado	Provável	Remota
Empréstimos e financiamentos	Alta				
	do dólar (31)	365	699	1.086	(12.789)
Empréstimos e financiamentos	Alta de juros				
	de taxa (320)	64	77	-	-
Contratos mútuos e financiamentos	Alta				
	do dólar (3.662)	43.112	82.562	-	-
Total (ganho) perda		(4.013)	43.541	83.338	1.086 (12.789) (24.492)

As restrições creditícias e de disponibilidades enfrentadas pela Companhia, limitam significativamente as possibilidades de gestão do risco cambial. **Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras são adotados títulos de entidades classificadas pela Administração da Companhia como de primeira linha. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com limites estabelecidos pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente e registrada quando aplicável provisão para créditos de liquidação duvidosa. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Nossas receitas apresentam montantes envolvendo o cliente Petrobrás, direta e indiretamente, o qual respondeu no exercício de 2022 cerca de 48% (36 % no exercício de 2021) das receitas totais da Companhia e suas controladas. **Risco de liquidez:** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios do Grupo, a tesouraria busca obter flexibilidade na captação mediante linhas de crédito compromissadas quando viável à sua contratação. A Administração monitora o nível de liquidez do Grupo, considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende linhas de créditos não utilizadas, caixa e equivalentes de caixa. Geralmente, isso é realizado em nível corporativo do Grupo, de acordo com a prática e os limites estabelecidos pelo Grupo. Além disso, os princípios de gestão de liquidez do Grupo envolvem a projeção de fluxos de caixa nas principais moedas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida. **22.2 Estimativa do Valor Justo:** O valor justo dos ativos e passivos financeiros, que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos, é determinado com base nos preços observados nesses mercados. O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção dos instrumentos derivativos) é determinado de acordo com modelos de precificação que utilizam como base os fluxos de caixa estimados descontados, a partir dos preços de instrumentos semelhantes praticados nas transações realizadas em um mercado corrente observável. O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Quando esses preços não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável de acordo com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Para os derivativos contendo opções são utilizados modelos de precificação de opções. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação: **a. Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - restrito:** Os saldos em caixa e equivalentes de caixa e em títulos e valores mobiliários têm seus valores similares aos saldos contábeis, considerando o giro e liquidez que apresentam. O quadro abaixo apresenta esta comparação, em 31 de dezembro de 2022:

Itens	Controladora		Consolidado	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	2.734	2.734	13.171	13.171
Títulos e valores mobiliários	44	44	44	44
<b>b. Empréstimos e financiamentos:</b> O valor estimado de mercado foi calculado com base no valor presente do desembolso futuro de caixa, usando taxas de juros que estão disponíveis à Companhia e a avaliação indica que os valores de mercado, em relação aos saldos contábeis, são conforme abaixo, em 31 de dezembro de 2022:				
Itens	Controladora		Consolidado	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Empréstimos e financiamentos Não FJ	6.447	8.031	11.437	22.649
Títulos descontados com coobrigação Não FJ	10.107	10.107	10.826	10.826
Títulos de crédito	21.460	19.975	33.534	22.058
Empréstimos e financiamentos FJ	65.141	65.140	99.857	99.856
Total	103.155	103.253	155.654	155.389

**22.3 Instrumentos Financeiros por Categoria:** Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo	Total	Valor justo	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
amortizado				
resultado				
ativos				
amortizado				
resultado				
ativos				
Títulos e valores mobiliários	44	44	44	44
Contas a receber de clientes	18.227	18.227	15.301	15.301
Caixa e equivalentes de caixa	2.734	2.734	1.098	1.098
Partes relacionadas	32.263	32.263	35.596	35.596
Total	53.224	44	53.268	51.995

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo	Total	Valor justo	Total
<b>Passivos financeiros</b>				
amortizado				
resultado				
passivos				
amortizado				
resultado				
passivos				
Empréstimos	103.155	103.155	75.188	75.188
Fornecedores	73.250	73.250	64.319	64.319
Partes relacionadas	206.853	206.853	218.397	218.397
Total	280.103	103.155	383.258	282.715

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo	Total	Valor justo	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
amortizado				
resultado				
ativos				
amortizado				
resultado				
ativos				
Títulos e valores mobiliários	44	44	44	44
Contas a receber de clientes	27.128	27.128	20.943	20.943
Caixa e equivalentes de caixa	13.171	13.171	19.176	19.176
Total	40.299	44	40.343	40.119

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo	Total	Valor justo	Total
<b>Passivos financeiros</b>				
amortizado				
resultado				
passivos				
amortizado				
resultado				
passivos				
Empréstimos	155.654	155.654	128.818	128.818
Fornecedores	76.724	76.724	66.695	66.695
Total	232.378	155.654	232.378	195.513

**23. Cobertura de Seguros:** O princípio da Companhia, manter cobertura de seguros para bens do ativo imobilizado e estoques sujeitos a riscos, na modalidade "Compreensivo Empresarial". Também possui cobertura de seguros de responsabilidade civil geral e seguro de vida, conforme demonstrado abaixo:

Finalidade de seguro	Importância segurada	
	31/12/2022	31/12/2021
- Seguro compreensivo empresarial	R\$ 70.765	R\$ 63.807
- Seguro de vida	R\$ 63.807	R\$ 63.807
- Seguro de responsabilidade civil geral	R\$ 6.019	US\$ 600
- Seguro de frota internacional (*)	US\$ 600	-

(\*) Valor em US\$ mil. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi contratada pela Administração da Companhia dentro das condições de mercado vigentes e das restrições impostas à Companhia, objetivando a suficiência para cobrir eventuais sinistros. **24. Plano de opção de compra de ações - "Stock option":** A Companhia possui Planos de Opção de Compra de Ações cujos principais objetivos são os seguintes: "Estimular a retomada dos níveis históricos de atividade operacional da Companhia e o atendimento das metas empresariais estabelecidas, mediante a criação de incentivos para alinhamento dos interesses e objetivos dos profissionais chave da Companhia com seus acionistas, em especial o cumprimento das obrigações contidas no seu Plano de Recuperação Judicial; •Possibilitar à Companhia obter e manter os serviços de seus profissionais-chave, oferecendo-lhes, como vantagem adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, possibilitando e incentivando a subscrição de ações com créditos deletivos contra a Companhia oriundos de remuneração, fixa ou variável, com a consequente preservação do caixa; e •Promover o bom desempenho da Companhia e dos interesses de seus acionistas mediante um comprometimento de longo prazo por parte de seus profissionais-chave. São dois os Planos de Opção em vigor: (i) Plano Incentivado 2017,

Conselho de Administração		Diretoria	
Carlos Mario Calad Serrano	Rafael Gorenstein	Rafael Gorenstein - Diretor Presidente e de Relações com Investidores	Paulo Prado da Silva - Diretor sem designação específica
Celso Fernando Lucchesi	Simone Anhaia Melo		
João Marcos Cavicholi Feltzer			

**Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**  
Os diretores da Companhia, atendendo ao disposto no inciso VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**Rafael Gorenstein - Diretor Presidente e de Relações com Investidores** **Paulo Prado da Silva - Diretor sem designação específica**

**Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**  
Os diretores da Companhia, atendendo ao disposto no inciso V do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**Rafael Gorenstein - Diretor Presidente e de Relações com Investidores** **Paulo Prado da Silva - Diretor sem designação específica**

Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais		
Período	Receita líquida	Margem EBITDA
Entre 3 e 5 anos	R\$ 550 milhões (considerando a faixa de R\$ 450 milhões a R\$ 650 milhões)	17% a 23%
Entre 5 e 10 anos	R\$ 1 bilhão a R\$ 2 bilhões	NA

As projeções, quando divulgadas, são estimativas da Administração da Companhia e refletem a sua opinião tendo em conta fatores que podem afetar o seu desempenho, como as condições gerais da economia, além da dinâmica de seus mercados de atuação e de suas operações, de acordo com as informações disponíveis no mercado até a presente data. Quaisquer projeções estão, portanto, sujeitas a riscos, incertezas e alterações, não constituindo promessa de desempenho. Os objetivos informados são alvos estratégicos perseguidos pela administração da Companhia para horizontes de 3 a 5 anos e de 5 a 10 anos, não constituindo em projeções.

**Relatório do Comitê de Auditoria - 27/03/2023**

**I - Introdução e Composição do Comitê:** Ao COMITÊ DE AUDITORIA, conforme previsto nos regulamentos internos, Estatutos Sociais e Legislação, em suma, cabe assessorar o Conselho de Administração da Companhia, no que concerne ao exercício de suas funções de fiscalização e monitoramento da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos da Companhia, visando à confiabilidade de informações nestas refeitidas. Em 2022, o Comitê de Auditoria foi constituído em 26 de outubro de 2022, e desde então, tem sido composto pelos seguintes membros, os quais encontram-se em pleno exercício de seus respectivos mandatos, a saber: **1. Paulo Pinese**, brasileiro, casado, administrador de empresas e contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.138.961-9, inscrito no CPF/MF nº 921.449.938-15 e no CRC SP 134.267/O-6, com endereço comercial na Rodovia Anhanguera, km 119, Distrito Industrial, Nova Odessa (SP), CEP 13388-220, com a função de Coordenador do Comitê de Auditoria, **2. Carlos Mario Calad Serrano**, colombiano, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RNE nº V471179-4, inscrito no CPF/ME sob o nº 060.144.487-64, com endereço comercial na Rodovia Anhanguera, km 119, Distrito Industrial, Nova Odessa (SP), CEP 13388-220, **3. Celso Fernando Lucchesi**, brasileiro, casado, geólogo, portador do RG nº 0522023-5, regularmente inscrito no CPF/MF sob o nº 117.047.300-82, com endereço comercial na Rodovia Anhanguera, km 119, Distrito Industrial, Nova Odessa (SP), CEP 13388-220. **II - Atribuições do Comitê de Auditoria:** Compete ao Comitê de Auditoria, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei, pela regulamentação ou pelo Estatuto Social: **II.1.** - Opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente; **II.2.** - supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia; **II.3.** - supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; **II.4.** - monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Companhia; **II.5.** - avaliar e monitorar exposições de risco da Companhia, podendo requerer, entre outros, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a: a) remuneração da administração; b) utilização de ativos da Companhia, e, c) gastos incorridos em nome da Companhia; **II.6.** - avaliar e monitorar, em conjunto com a administração da Companhia e a área de auditoria interna, a adoção e a divulgação das transações e os seus fluxos de caixa independentes e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas

registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o próprio Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras; **II.8.** - reportar ao Conselho de Administração as divergências desenvolvidas pelo Comitê, comunicando os principais fatos, via registro nas atas de reuniões; **II.9.** - exercer funções e praticar os demais atos necessários ao cumprimento de suas responsabilidades. **III - Atividades do Comitê de Auditoria:** O Comitê reuniu-se em duas ocasiões, a saber 31 de janeiro de 2023 e 27 de março de 2023, registrando-se a presença dos três membros (dois membros na 1ª reunião e um membro na 2ª reunião), nas reuniões realizadas no referido período. Neste período, o Comitê de Auditoria também se reuniu ainda com a auditoria externa, com o presidente da Companhia, Sr. Rafael Gorenstein, e com a Sra. Vanessa Melo de Souza, Preparadora das Demonstrações Financeiras. Em reunião ordinária, a ocorrer em 28 de março de 2023, o Conselho de Administração acolherá a recomendação deste Comitê de Auditoria no sentido de aprovar as Demonstrações Financeiras ora discutidas e revisadas, por este mesmo Comitê. **IV - Atividades de Acompanhamento Bi-Mensal:** No decorrer do ano foram observados os seguintes pontos discutidos: **V - Temas Discutidos em 2023:** a) Demonstrações Financeiras/Financeiro/Contabilidade: Realizado o acompanhamento bi-mensal dos resultados financeiros da Companhia; Revisadas as demonstrações financeiras, inclusive notas explicativas, minuta do relatório de administração e relatório do auditor contábil independente. Avaliadas as práticas contábeis adotadas; avaliado o processo de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras; avaliada a razoabilidade dos critérios de reconhecimento de receitas e realização de despesas que impactam de forma relevante, as demonstrações financeiras da Companhia. b) Auditoria Contábil Independente: Avaliou a independência, especialmente no que se refere à prestação de outros serviços, e o cumprimento dos dispositivos legais e normativos aplicáveis; Conheceu o Plano de Trabalho Anual do Auditor Independente; Acompanhou e supervisionou o trabalho da auditoria contábil independente; Tomou conhecimento do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras. c) Controles internos e *compliance*: Acompanhou e monitorou ferramentas utilizadas pela COMPANHIA para avaliação dos riscos, proteção dos ativos e na supervisão da efetividade das estruturas de *compliance* no combate à fraude, corrupção e prevenção à lavagem de dinheiro; Tomou conhecimento das políticas corporativas da COMPANHIA; Acompanhou os procedimentos relativos à Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro; Acompanhou os procedimentos relativos à Prevenção e Combate à Fraude bem como tomou conhecimento dos relatórios de apuração e respectivos resultados; Acompanhou a disseminação e as ações

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**  
profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia incorreu em prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$54.549 mil na controladora e R\$69.485 no consolidado, bem como em apresentando deficiência de capital de giro e prejuízos acumulados no montante de R\$2.041.877 mil em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, a Companhia não tem gerado fluxos de caixa operacionais positivos em montantes suficientes para a liquidação de suas obrigações. Essas condições, juntamente com o fato de que a Companhia e suas controladas estão no processo de recuperação judicial, indicam a existência de incerteza relevante relacionada a sua continuidade operacional que pode levantar dúvidas quanto à capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando normalmente. Dessa forma, a reversão dos prejuízos acumulados, divulgado em 31 de dezembro de 2022, e a retomada da capacidade da Companhia para a geração de fluxos de caixa operacionais positivos e, consequentemente, recuperação da capacidade da Companhia para liquidar suas obrigações no curso normal dos negócios e a capacidade de realização dos seus ativos, dependem do sucesso do plano de monetização de créditos e outros ativos, bem como das ações para concretização das projeções realizadas, que incluem retomada de atividades e

**29. (Despesas) por natureza:**

Itens	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Custo dos produtos vendidos	(71.472)	(60.083)	(85.143)	(68.310)
Materia-prima, materiais de uso e consumo, mão de obra e serviços de terceiros	(69.518)	(57.173)	(82.022)	(64.276)
Depreciação e amortização	(3.208)	(3.434)	(3.612)	(3.962)
Outros	1.255	524	491	(72)
<b>Despesas com vendas</b>	<b>(9.552)</b>	<b>(8.812)</b>	<b>(10.232)</b>	<b>(9.217)</b>
Mão de obra e serviços de terceiros	(6.206)	(6.101)	(4.020)	(3.832)
Depreciação e amortização	(114)	(25)	(14)	(25)
Despesas de vendas comerciais	(3.352)	(2.586)	(6.198)	(5.300)
Despesas gerais administrativas	(15.244)	(13.030)	(22.785)	(21.946)
Mão de obra e serviços de terceiros	(10.685)	(9.557)	(16.776)	(16.738)
Depreciação e amortização	(1.260)	(961)	(1.837)	(1.445)
Demais despesas administrativas	(3.295)	(2.517)	(4.128)	(3.763)
Remuneração dos administradores	(3.032)	37	(4.751)	(3.842)

**30. Informações por segmento de negócio e região geográfica:** A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração e considera que o mercado de atuação está segmentado na linha de **Produtos**, mesma composição apresentada na nota explicativa nº 1. A Companhia opera no negócio de serviços petrolíferos (**segmento Serviços**), do qual remanescem ativos diversos em processo de desmobilização, bem como legado a ele associado. Geograficamente, a Administração considera o desempenho dos mercados brasileiros e América do Sul em geral. A distribuição por região é considerada a localização das empresas do Grupo e não a localização do cliente. A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, principalmente de: **a. Produtos:** produzindo principalmente válvulas industriais; válvulas para óleo e gás; cabos de fibras sintéticas para ancoragem de plataformas de petróleo e diversas outras aplicações; e artefatos de materiais compostos, tais como postes e camisas tubulares para revestimento de tubulações petrolíferas. **b. Serviços:** A Companhia prossegue com a desmobilização das atividades através das vendas de equipamentos, bem como legado a ele associado. As receitas que compõem este segmento são decorrentes da liquidação de saldos de estoques, não referindo-se às operações regulares. As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. A receita de partes externas informadas à Diretoria-Executiva foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado. Os valores relativos ao total do ativo são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras. Esses ativos são alocados com base nas operações do segmento e no local físico do ativo. Os valores relativos ao total do passivo são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras. Esses passivos são alocados com base nas operações do segmento. As informações por segmento estão demonstradas abaixo:

	Produtos		Serviços		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receita Líquida de vendas</b>	<b>109.629</b>	<b>93.439</b>	<b>761</b>	<b>114</b>	<b>110.390</b>	<b>93.553</b>
Custo dos produtos vendidos	(84.410)	(68.138)	(73)	(172)	(85.143)	(68.310)
<b>Lucro (Prejuízo) bruto</b>	<b>25.219</b>	<b>25.301</b>	<b>28</b>	<b>(58)</b>	<b>25.247</b>	<b>25.243</b>
Despesas de vendas	(10.163)	(9.215)	(49)	(1)	(10.232)	(9.217)
Despesas administrativas	(18.993)	(15.097)	(3.772)	(6.849)	(22.765)	(21.946)
Remuneração dos administradores	-	-	(4.751)	(3.842)	(4.751)	(3.842)
Reversão de estimativa de perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	-	9.915	7.001	9.915	7.001
Estimativa de perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	-	(15.589)	(22.684)	(15.589)	(22.684)
Outras receitas (despesas), líquidas	(24.846)	(17.104)	(16.167)	(6.496)	(41.013)	(23.600)
<b>Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(28.803)</b>	<b>(16.116)</b>	<b>(30.385)</b>	<b>(32.929)</b>	<b>(59.188)</b>	<b>(49.045)</b>

	Produtos		Serviços		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos identificáveis</b>	<b>163.191</b>	<b>160.474</b>	<b>215.384</b>	<b>197.021</b>	<b>378.575</b>	<b>357.495</b>
Clientes	20.440	16.056	6.688	4.887</		

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

incerteza significativa sobre a capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, o que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Por essa razão, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

**Resposta da auditoria sobre o assunto:** Em nossos procedimentos de auditoria: Avaliamos a integridade matemática e das premissas relevantes utilizadas na preparação da projeção dos fluxos de caixa descontados para cada UGC, incluindo também a comparação das previsões com o desempenho passado, a avaliação da existência de um mercado ativo para as UGCs avaliadas e de outras evidências sobre a determinação do valor justo utilizado na determinação do valor recuperável, tais como laudos a valor de mercado preparados por especialistas, quando aplicável, e a avaliação e consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Efetuamos, ainda, a análise de sensibilidade para as principais premissas utilizadas na projeção elaborada pela Companhia e suas controladas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, concluímos que os as divulgações na nota explicativa estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

**Continuidade operacional:** Chamamos atenção ao assunto descrito na Seção “Ênfases” no item Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, que é considerado um principal assunto de auditoria mas reportado em seção específica como requerido pela Norma de Auditoria “NBC TA 570 Continuidade Operacional”. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico, e é consistente em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente:** As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório emitido em 25 de março de 2022, com ressalva quanto a não conclusão dos laudos de avaliação dos ativos mantidos para venda, regularizado no exercício corrente. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não

expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato à governança da Companhia e ao seu correspondente órgão regulador. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos

entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 29 de março de 2023



**BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.**  
CRC 2 GO 001837/F-4

**Fernando Eduardo Ramos dos Santos**  
Contador - CRC 1 GO 014553/O-0 - SP

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 20/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/20/LUPATECH1568959720042023.pdf>  
Hash:1681923721ef85805a27944ceda77cd68d7c81dfc9